MODERNIZAR E NORMATIZAR A CIDADE: O DIFÍCIL COMBATE À CRIAÇÃO DE ANIMAIS NO PERÍMETRO URBANO EM JACOBINA (1955-1959)

Edson Silva
Mestre em História
edisomsilva@gmail.com

Resumo: O presente artigo teve por objetivo analisar a ação de combate ao hábito da população citadina de Jacobina de criar animais (como jegues, cabras, porcos e vacas) em quintais ou soltos nas ruas da cidade. Cruzando fontes como textos de jornal, fotografias, documentos da administração municipal e o Código de Posturas da cidade, e trabalhando com os pressupostos teóricos de Michel de Certeau de *estratégia* e *tática*, destacamos que durante a gestão municipal do engenheiro agrônomo Orlando Oliveira Pires (1955-1959) houve um processo de recrudescimento no combate a criação de animais no perímetro urbano. Por outro lado, apontamos que a cidade configurava-se como um espaço de relações de forças, distante da submissão ao ordenamento e a estética do desenho urbano articulado pelos dispositivos que buscavam normatizar as ruas.
Palavras-chaves: cidade; normatização; cotidiano.

Abstract: This article aims at analyzing the intervention against the habit citizens of Jacobina had of farming animals (like donkeys, goats, pigs and cows) at backyards or strayed on the streets of the town. Using sources like newspapers texts, photographs, municipal management documents and the municipal Code of Conduct, and working with Michel de Certeau's theoretical concepts of *strategy* and *tactics*, we call attention to the fact that during the municipal management of the agronomic engineer Orlando Oliveira Pires (1955-1959) there was an intensification of the process of struggle against animal husbandry in the urban area. On the other hand, we prove that the town presented itself as a place of strained relationships, far from submitted to the ordering and the aesthetic of the urban planning, designed by mechanisms that aimed at ruling the street practices**.**
Keywords: town; ruling; daily life.

Introdução

Para Michel de Certeau múltiplos dispositivos escriturísticos e instituições (administrativos, políticos, médicos, jurídicos, jornalísticos, técnicos, urbanísticos) buscam circunscrever sobre os espaços urbanos e os corpos dos sujeitos, para que se alcance um projeto, uma determinada ordem social. A ação desses dispositivos no meio urbano é do tipo estratégico. Assim entendido, as estratégias partem de um lugar, são organizadas por um tipo de poder e saber - partilham de uma visão panóptica e prospectiva. Em outros termos, de um planejamento racional e determinado objetivo, buscam criar ou controlar espaços e corpos conforme um modelo ou instituir uma padronização.[1] De Certeau assim define:

[1] Não esquecendo que esse vocabulário advém de uma compreensão do social regido por relações de forças, de uma dimensão polemológica.

> Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégia" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar do poder e do querer próprios. (CERTEAU, 2009: p. 99).

As formas materiais da cidade, construídas e reconstruídas, fabricadas pelos modelos urbanos e arquitetônicos obedecem a uma determinada racionalidade, remetem a uma função e intencionalidade, de maneira a homogeneizar espaços e corpos. Em outras palavras, a forma urbana planejada e edificada de uma cidade, visível e sensível na materialidade de ruas, avenidas, praças, edificações e demais espaços, assim como sistemas de normatização social, como os dispositivos jurídicos, administrativos, médicos, jornalísticos e técnicos normatizam, circunscrevem e condicionam modos de usar e viver a cidade:

> As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam, portanto, as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o "científico". (CERTEAU, 2009: p.102)

Nesse sentido, Michel de Certeau no auxilia a pensar e analisar o cotidiano urbano caracterizado pelas práticas dos habitantes, o modo como as pessoas no seu dia a dia consomem ou usam os espaços urbanos, especificamente os seus usos desviatórios desses espaços – à revelia das estratégias, dos mecanismos, das técnicas, da maquinaria de disciplinamento e normatização da vida social. Como escreveu Certeau:

> A linguagem do poder "se urbaniza", mas a cidade se vê entre a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de geri. (CERTEAU, 2009: p.161)

A cidade concebida e desenhada pelos administradores urbanos e urbanistas se definha e se degrada. Sobre o espaço planejado pela racionalidade funcionalista, desde a sua materialidade passando pelas normas de uso expressas na forma (traçado e arquitetura) e na

legislação urbana, "não cessa de produzir efeitos contrários". (CERTEAU, 2009: p.161). Nas práticas cotidianas os usurários dos espaços produzem outra cidade.

Sob está perspectiva teórico-metodológica que abordamos as transformações urbanas e as tentativas de normatização das ruas de Jacobina, cruzando fontes como documentos administrativos da gestão municipal, Código de Posturas, textos jornalísticos e fotografias. Assim, procuramos perceber como os gestores idealizaram, desejaram e circunscreveram um desenho urbano, pretenderam estabelecer uma nova geografia para a cidade, construindo, normatizando, classificando, organizando e nomeando os espaços. Por outro lado, apontamos para práticas de desvios a espacialidade urbana planejada para Jacobina, destacando, sobretudo, para a persistência da prática de criação de animais no espaço urbano.

O combate à criação de animais no perímetro urbano...

Primeiramente vejamos de maneira breve as principais transformações urbanas ocorridas na cidade de Jacobina[2] no primeiro quinquênio do século XX. Um dos primeiros prédios a passar por uma reforma foi o Paço Municipal, que em 1913 começou a ser remodelado.[3] Em 1924, foi construída a ponte sobre o Rio do Ouro, interligando a Praça Castro Alves (Matriz) à Rua Senador Pedro Lago, via que dava acesso à Praça Rio Branco, onde era situado o Paço Municipal. Além da edificação da ponte Manoel Novais (1937), ligando os dois lados da cidade, dividida pelo rio Itapicuru-Mirim, também foram levantados o Hospital Antônio Teixeira Sobrinho (1935) e o prédio escolar Luiz Anselmo da Fonseca (1935).[4]

Entre os equipamentos e serviços modernos inseridos nesse contexto em Jacobina, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade ainda, o trem e a energia elétrica. A partir de 1920, o som do apito do trem e a fumaça das locomotivas da empresa Viação Federal Leste Brasileiro, apontando entre as serras que cercavam o centro urbano, passaram a integrar a

[2] Jacobina é uma cidade baiana situada geograficamente na região denominada de Piemonte Norte da Chapada Diamantina, distante 330 quilômetros da capital do estado, Salvador. Foi emancipada em 1880 com o nome de "Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina". A formação do núcleo urbano, que de vila veio a se constituir como cidade, esteve ligada à introdução dos currais de gado (séc. XVII) nos sertões baianos e à descoberta de ouro nas serras adjacentes, que atraiu emigrantes de diversos lugares em busca do minério.

[3] OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade*: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci. (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007. p.62. (Dissertação de Mestrado).

[4] Cf. FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local*: o caso de Jacobina/Bahia. Faculdade de Arquitetura, UFBA, Salvador, 1995. p.124-128. (Dissertação de Mestrado). VIEIRA, Daniela Nunes Silva. *Novas perspectivas*: modernização em Jacobina (1930-1940). Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus IV, Jacobina, 2011. (Monografia de Graduação).

paisagem e a vida dos jacobinenses. Com o trem, vinha a rede telegráfica, inovando as formas de comunicações, e a estação ferroviária, transformada em concorrido ambiente de sociabilidade.[5] Mudanças que alteraram não só a fisionomia da cidade, mas seu cotidiano, a inserção da rede de transporte e a modernização das comunicações possibilitaram o surgimento de novos hábitos e práticas na urbe. Em 1928, eram inaugurados os serviços da Companhia de Força e Luz, empresa formada a partir da iniciativa de políticos e comerciantes locais. Era implantado o serviço de energia elétrica, trazendo iluminação pública nas ruas e nas residências dos abastados da cidade.[6] O serviço de energia elétrica concorria para as transformações na vida noturna da cidade, permitindo novas possibilidades de consumo, lazer e modificações nas sensibilidades.

Nos anos trinta do século passado Jacobina passou por novas alterações no seu cotidiano, recebendo inovações técnicas e urbanas. Processavam-se de maneira lenta os primeiros impulsos de modernização da urbe. Desse modo, foram montados naqueles anos os primeiros estúdios fotográficos e inaugurado o primeiro cinema (1936) da cidade; em 1933, recebeu o jornal *Lidador*, periódico que circulou até 1943.[7] A cidade também despontou para o desenvolvimento do comércio, haja vista que a chegada do trem transformou Jacobina num entreposto comercial regional.[8] Nas décadas de 1930 e 1940, vivenciou um crescimento populacional com chegada de imigrantes para trabalhar na garimpagem de ouro nas serras do município.[9]

No entanto, Jacobina chegava à década de 1950 sem maiores transformações em termos de urbanização. Como apontamos acima, no intervalo de tempo que compreendeu o primeiro quinquênio do século XX, a cidade tinha conservado o traçado urbano. Apesar das

[5] Sobre a instalação da estrada de ferro em Jacobina e o impacto social na cidade conferir a dissertação de Fabiana Machado da Silva. O Trem das Grotas: a ferrovia *Leste Brasileiro* e seu impacto social em Jacobina (1920-1945). Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009. (Dissertação de Mestrado).

[6] BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. "Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950". In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de (Org.). *Culturas Urbanas Bahia*: estudos sobre Jacobina e região. Salvador: Eduneb, 2009. p.15-30.

[7] O primeiro jornal editado na cidade foi o *A Primavera*, fundado em 1916. Cf. MENEZES, Adriano. "A imprensa verde-amarelo no Piemonte da chapada diamantina na década de 1930". In: OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano (Org.). *Culturas Urbanas na Bahia*: estudos sobre Jacobina e região**.** Salvador: Eduneb, 2009. p.83

[8]Cf. Para uma apresentação do cenário urbano jacobinense dos anos 1930 conferir os primeiros capítulos da dissertação de Vanicléia Silva Santos e Ricardo dos Santos Batista. Cf. SANTOS, Vanicléia Silva. *Sons, danças e ritmos*: A Micareta em Jacobina - BA (1920-1950). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado). BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas*: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado).

[9] Cf. JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo*: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005. (Dissertação (Dissertação de Mestrado).

inovações da arquitetura e dos equipamentos de transportes e energia, não houve intervenções mais abrangentes e arrojadas no sentido de remodelação no plano do urbanismo. Faltava na cidade as "maquinarias modernas do conforto", usando a expressão de François Beguin,[10] como água encanada, sistema de esgoto, melhoramento do asseio das ruas e ampliação do sistema de energia elétrica, que então funcionava de forma deficitária e restrito a poucas ligações.

Nos anos da década de 1950 a cidade passou por uma série de transformações no tecido urbano. Naquele contexto foram desenvolvidas ações de modernização urbana, com medidas de pavimentação, saneamento e asseio das ruas, bem como com a implantação dos serviços de água encanada, a ampliação dos serviços de energia elétrica, abertura da larga Avenida Orlando Oliveira Pires, cuja a construção foi acompanhada de um loteamento residencial (fotografias 1 e 2 abaixo) e a edificação de um espaço de lazer e práticas desportivas, com o erguimento do Estádio Municipal Francisco Rocha Pires.

Imagem 1 - Avenida Orlando Oliveira Pires em construção em 1956



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci (Acervo:Osmar Micucci/NECC/UNEB – CAMPUS IV).

[10] Cf. BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Oseki. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Espaço e Debate, n° 34, São Paulo, 1991. p.39-54.

Imagem 2 - Avenida Orlando Oliveira Pires em 1962.



Fonte: Fotografia de Tibor Jablonsky . Acervo: Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/BA12322.jpg>

Os planos urbanos desenvolvidos pela gestão municipal de Orlando Oliveira Pires (1955-1959) para Jacobina seguiram no intuito de remodelar uma parte da cidade**.** A geografia da modernização/urbanização empreendida pela administração municipal foi circunscrita e delimitada ao espaço em que funcionavam lojas e estabelecimentos comerciais, moradias dos segmentos sociais abastados e sede da administração pública da urbe. Nas ruas centrais da cidade produziu-se um espaço estruturado com serviços e equipamentos urbanísticos de conforto – valorizando os imóveis e instituindo distinções sociais. De tal modo, os logradouros centrais configuravam-se numa espécie de vitrine da cidade, cujo aspecto devia ser limpo, higiênico, inodoro, iluminado e aprazível. Em contraposição, as ruas e bairros afastados do perímetro central ficaram excluídos desse processo de modernização/urbanização.[11]

Contudo, além dos serviços urbanos e da nova materialidade edificada nas ruas centrais, que emergiu eliminando a incômoda presença da sujeira, da lama, das ameaças de doenças, do mau cheiro e da aparência inestética que provocavam repulsa dos jornalistas

[11]SILVA, Edson. Modernização, sanitarismo e cotidiano (Jacobina 1955-1959**).** Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. (Dissertação de Mestrado).

locais[12], buscava-se também naquele contexto de transformações urbanas o controle e disciplinamento do uso das ruas. De tal modo, a criação de animais dentro do espaço urbano, hábito de certos moradores da cidade, passou a ser combatido pelo alcaide e pelos jornalistas do *Vanguarda*.

De acordo com Luis Henrique Blume no início do século XX a cidade de Jacobina começava a estruturar-se com uma incipiente modernização e implantação de equipamentos modernos.[13] A partir de 1920, a cidade passou a ser cortada pelos trens da Ferrovia Leste Brasileiro. Para Blume, "a ferrovia provocou transformações não só na paisagem, mas nos modos de vida e cultura urbana".[14] Fator também considerado nas transformações da vida urbana foi a inauguração dos serviços de energia elétrica, com a construção em 1928 da Companhia de Força e Luz, que trouxe iluminação para algumas ruas e residências do centro urbano. Diante da inserção desses elementos de modernização da cidade, o Código de Posturas[15] surgiu em 1933 como outro elemento importante nesse desejo de modernização - normatizando as suas ruas e práticas da população. Luis Henrique Blume afirmava que as imposições do Código, como a proibição da criação de animais soltos nos logradouros públicos, caminhavam no sentido de transformar práticas da população consideradas como "atrasadas" ou de roça presentes no ambiente urbano.

O Código Posturas de Jacobina que foi editado em 1933 tratava-se de um documento de natureza administrativa que prescrevia a ordenação de várias atividades nas ruas da cidade, constituindo enquanto um dispositivo das administrações municipais para manter a ordem urbana, regular determinadas atividades profissionais, as modificações urbanas, o uso dos espaços públicos, o funcionamento dos estabelecimentos comerciais, e um conjunto de normas acerca de hábitos e práticas da população. Inclusive determinando multas e punições para os infratores das posturas.

No contexto da década de 1950 houve um processo mais abrangente de modernização da cidade, que foi acompanhando de um recrudescimento na aplicação das posturas municipais, por parte do gestor Orlando Oliveira Pires em relação ordenação do espaço urbano e a exclusão de práticas sociais de grupos da população citadina, destacando-se a criação de animais soltos nas ruas. Passadas duas décadas desde a edição do Código de Posturas que proibia a criação de animais soltos nas ruas, a cidade convivia ainda com a

[12] Jacobina e o problema dos esgotos. Vanguarda, 22/05/1955. N° 293. p.1.
[13]BLUME, Luiz Henrique dos Santos. "Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950". In: *Culturas Urbanas Bahia*: estudos sobre Jacobina e região. OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano (Org.). Salvador: Eduneb, 2009. p.15-30.
[14] BLUME, Luiz Henrique dos Santos, 2009. p.15.
[15] Encontra-se digitalizado e disponível no DVD "Acervos Digitalizados da Microrregião de Jacobina". MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter (Org.) Acervos Digitalizados da Microrregião de Jacobina. DVD. NECC/UNEB – CAMPUS IV. Jacobina, 2010.

prática no seu cotidiano. Do decurso do tempo da sua interdição até os anos de 1950 parece que as autoridades municipais não tiveram muito sucesso em coibir a presença dos animais nas vias urbanas, a população teimava em persistir com a prática. Naquele contexto da gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires os animais soltos e seus criadores entravam na mira das autoridades municipais. O alcaide procurava imprimir outra imagem de cidade, dita "moderna", "civilizada" e em ritmo de "progresso". O que significava excluir da visibilidade de paisagem urbana a criação de animais soltos nas suas ruas.

Assim, o Código de Posturas como instrumento de ordenação e normatização das práticas sociais, definia num conjunto de artigos as medidas necessárias que deviam ser adotadas com relação aos animais na cidade e nos distritos. Desse modo, definia o "Art. 73 É prohibido ter cavalos rufiões, éguas, cadelas soltas nas ruas desta cidade, Vilas, Arraiaes e Povoados; sob pena de 50$000 de multa".[16] A legislação urbana não se opunha propriamente a presença de qualquer animal nas ruas e moradias, mas sim contra a criação solta deles nos logradouros públicos. Nos artigos seguintes do Código de Posturas lemos um conjunto de medidas a serem seguidas pelos proprietários de animais:

> Art. 108 Só poderá ter cães soltos quem os tiver matriculados na municipalidade, devendo os mesmos andar açamados e com coleira; pena de 10$ de multa.
> Art. 109 Ninguem poderá amarrar animaes nos postes da linha telegraphica illuminação grades e portas de edifícios publicos sob pena de 5$000 de multa.
> Art. 112 É expressamentte prohibido montar-se em animaes bravos nas ruas e praças desta cidade, bem assim qualquer animal em cima dos passeios; pena de 20$000 de multa.
> Art. 113 É prohibido conduzir animaes com cargas soltos pelas ruas desta cidade, sendo os condutores obrigados a trazel-os seguros ao cabresto; pena de 5$000 de multa. Digo, Art. 113 É prohibido galopar a cavalo pelas ruas desta cidade, seus arraiaes, Villas e Povoados; pena de 10$000.
> Art. 114 Fica prohibido conduzir animaes com cargas soltos pelas ruas desta cidade, sendo os condutores obrigados a trazel-os seguros ao cabresto; pena de 5$000 de multa.
> Art. 115 Ninguem poderá espancar, cortar, maltratar ou matar animal alheio, excepto suino ou cão não registrado, mesmo assim com ordem da Prefeitura; multa de 20$000.
> Art. 117 É terminantemente prohibido criar solto; bovinos, lanigeros, caprinos, equinos suinos e outros animaes nos distritos de Riachão, Cahensitios; Queimada Velha, Bom Jardim e seus vizinhos, sob pena de 5$000 de multa por cada bovino. Os suinos, caprinos e lanigeros serão mortos dentro da lavoura pelos Inspectores de Quarteirão, e os bovinos aprehendidos pelo mesmo Inspector, o qual receberá a referida multa por cada bovino, entregando a importancia ao Procurador do distrito.
> Art. 118 Os infratores do art. 116 perderão o direito de indemnisação por damno causado por animaes alheios.
> Art.122 Será terminantemente prohibido automoveis, caminhões, carros de boi, carroças e ganhadores sem matricula; pena de 10$000 de multa.[17]

[16] Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato N°57 de 30 de dezembro de 1933.p.11.
[17] Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato N°57 de 30 de dezembro de 1933.p.15-16.

O trânsito de animais nas ruas era permitido, contudo, desde que seus proprietários ou condutores seguissem as prescrições determinadas pelas posturas municipais. Entre as normatizações do Código destacam-se a obrigatoriedade de matrícula e de coleiras nos animais, a proibição de amarração dos animais em postes de iluminação, em frente de prédios públicos, de andar sobre o passeio, de montar animais bravos e andar de galopadas nos logradouros. Além da determinação dos proprietários conduzirem o animal preso ao cabresto e da matrícula para os meios de transporte que utilizavam animais como força de tração. Condenando inclusive maus-tratos e morte de animal alheio, com exceção dos suínos e cachorros sem registro. Contudo, aqueles anos da gestão de Orlando Oliveira Pires foram marcados por ações que buscavam acabar com o antigo hábito de parte da população citadina de criar animais em quintais ou soltos nas ruas. A prática passava a não ser mais aceita nas vias urbanas, procurava-se dar efetividade às posturas.

Para a materialização do modo de vida urbano ajustado pela gestão municipal e a imprensa local, lugares de saber e poder que atuavam na cidade, a criação de animais soltos nas ruas não devia mais ser aceita no perímetro urbano. O hábito antigo da população citadina presente nas ruas e quintais daquela Jacobina, passou a ser tratado como um "problema urbano". Destarte, a cidade era submetida uma racionalidade, espacialidade e modo de vida urbano, nominado de cidade "civilizada" e "progressista", que interditava a criação de determinados animais em quintais ou soltos nas ruas da cidade.

Assim sendo, a administração municipal de Orlando Oliveira Pires (1955-1959) logo nos primeiros meses do início da gestão começou a combater a prática e a imprensa local seguiu junto, com a publicação de repetidos, veementes e incisivos textos jornalísticos referentes ao assunto. Em 1955, nos primeiros meses da gestão, o alcaide tomava medidas administrativas concernentes ao assunto. Assim, além de remodelar o centro da cidade, a administração municipal tentava também interditar a prática de criação de animais soltos nas ruas. Desse modo, o jornal o *Vanguarda* anunciava numa nota publicada na primeira página:

> **A Apreensão de Animais Soltos – O prefeito está fazendo cumprir o Cod. de Posturas.**
>
> Depois de ter dado um prazo razoável aos donos de animais criados soltos no perímetro urbano, o dr. Orlando Oliveira Pires, atual prefeito deste Município, acaba de dar ordem aos auxiliares da fiscalização no sentido de apreender qualquer animal que seja encontrado solto nas ruas da nossa urbe, fazendo cumprir, deste modo, o que determina o Código de Posturas.
> Esta é sem dúvida, uma das medidas úteis que s. s. vem tomando em benefício da coletividade.[18]

[18] VANGUARDA, 08/05/1955 N.° 291.p.1

A administração municipal começava, destarte, a combater a prática de criação de animais dentro do perímetro urbano. Decorria que a cidade era submetida a uma racionalidade que negava o convívio comum entre humanos e certos animais criados soltos no espaço urbano. A presença de determinados animais criados soltos nas ruas ou em quintais opunha o modelo de vida urbana que se desejava implantar naquele momento em Jacobina. Em suma, a interdição entrava como outro elemento na estratégia de gestão, pautada para a cidade naquele contexto.

O assunto ganhou visibilidade nas páginas do *Vanguarda,* que passou a empreender uma verdadeira batalha, combatendo a prática de criação de animais soltos pelas ruas da cidade. Numa série de notas publicadas naqueles anos o periódico assinalava a constante presença de animais criados soltos nas ruas:

OS ANIMAIS CONTINUAM PASTAR NAS RUAS

> Temos recebido inúmeras queixas de moradores à rua Duque de Caxias, a respeito de animais soltos que pastam naquele logradouro durante toda a noite, perturbando o sossego público.
> Não obstante o sr. Prefeito Municipal já haver tomado providências, no sentido de proibir que se criem animais soltos nas ruas desta cidade, ainda se registram fatos dessa natureza, em flagrante desrespeito ao Código de Posturas, que prevê penalidade para tais abusos.
> Daqui apelamos, em particular, para os proprietários dos referidos animais a fim de que retirem das ruas os seus animais, colaborando, desta forma, com a administração pública, no sentido de dar a Jacobina um melhor aspecto de cidade civilizada e progressista.[19]

O logradouro que, segundo os articulistas, estava sendo frequentado no período noturno pelos animais situava-se um pouco distante do centro da urbe, mesmo assim recebia censura pública. A questão não se limitava às ruas centrais, devia ser combatida em todo o espaço urbano. Posicionando-se sobre o assunto, o periódico reforçava a proibição da prefeitura e buscava convencer os donos dos animais a colaborar com a gestão municipal. Procurando fundamentar seu discurso, justificava a interdição de criação de animais no espaço urbano afirmando que a prática contrariava o conceito de cidade "civilizada" e "progressista". Para o periódico, a imagem de civilidade projetada e materializada na cidade não se restringia apenas às inovações técnicas e urbanísticas, passava também pelas mudanças nos costumes da população citadina, no caso, na eliminação da antiga prática de criar animais no perímetro urbano.

Contudo, a preocupação constante por parte do periódico com a coibição da criação de animais aparece como indício da sua ineficiência. As insistentes notas no jornal indicam que a proibição não estava sendo cumprida, os animais continuavam desfilando pelas vias

[19] VANGUARDA, 21/08/1955. N.°306.p.4

urbanas. Numa pequena nota, escrita em estilo jocoso, o *Vanguarda* denunciava que vacas pastavam e desfilavam na Praça Castro Alves, localizada no centro de Jacobina. O referido logradouro público era cenário de passeios e encontros de certos segmentos da população citadina, no seu entorno havia o principal templo católico da cidade e casarões de famílias abastadas:

As Vacas Estão Pastando no Jardim!

> As vacas, que certos indivíduos teimam em criar sôltas no perímetro urbano, deram-se ao luxo, ultimamente, de também fazer o seu "footing" noturno nos canteiros do jardim da Praça Castro Alves, comendo e destruindo-lhe as plantas!
> Informou-nos o jardineiro, sr. Cícero Rodrigues, que as vacas vêm "frequentando" o referido logradouro há 3 ou 4 noites seguidas!...
> Urge que a Fiscalização Municipal tome uma providência enérgica contra essa infração ao art. 52 do nosso Código de Posturas, pois, não é possível admitir-se mais a repetição de tão lamentável fato.[20]

Ao que parece, as vacas tinham seus horários prediletos e suas táticas, preferiam o horário noturno, na ausência dos olhares vigilantes dos fiscais municipais e enquanto a população citadina pernoitava. Seguindo o mesmo gesto dos humanos, faziam seus "*footings*" e encontravam-se na praça, aproveitavam à vontade o espaço, utilizando a vegetação do jardim para sua prática alimentar.

Além das vacas que faziam "footing" e alimentavam-se na Praça Castro Alves no turno noturno à revelia da vigilância municipal, outros animais estavam presentes no cotidiano da cidade, sendo possível encontrar passeando pelas ruas também jumentos e suínos. Num outro episódio registrado nas páginas do jornal, foi denunciado que jumentos e "meninos desocupados" estavam entrando no cemitério e provocando danos aos "carneiros e os mausoléus ali existentes" (...) atentado à memória dos que ali dormem o sono eterno."[21] Dessa forma, a política de combate à criação de animais no perímetro urbano ganhou o apoio na imprensa local. O jornal *Vanguarda,* defensor da ordem urbana e agente interessado na efetividade da proibição, desenvolvia uma estratégia de atuação a fim de conseguir comover os leitores da condição de "desordem" em que se encontrava a cidade. Nesse sentido, servia-se da construção de títulos e narrativas dramáticas e as publicava em destaque, na sua primeira página. A exemplo desta nota:

A Invasão da Cidade Pelos Animais

> Os animais estão tomando conta da cidade. No jardim da Praça Castro Alves, na Praça 2 Julho, nas ruas Duque de Caxias e Cel. Rocha Pires e, finalmente, em todos os cantos da nossa urbe encontram-se vacas, jegues e porcos livremente pastando,

[20] VANGUARDA, 17/03/1956. N.°335.p.1
[21] Continua Caído o Muro do Cemitério- Vanguarda, 07/04/1958. N.°338.p.4

> num atentado aos nossos foros de civilização e num flagrante despeito ao art. 52 do nosso "Código de Posturas Municipais". Nem mesmo presos nos quintais das residências é permitida a criação de tais animais, quanto mais soltos pelas ruas, como ora abusivamente se verifica!
>
> É preciso que êsses proprietários recalcitrantes saibam, mais uma vez, que é proibido, por lei, criarem-se animais no perímetro urbano.
>
> No ano passado, a Prefeitura local, depois de ter advertido a população, empreendeu uma campanha essa que encontrou o apoio da imprensa e das pessoas de espíritos esclarecidos. Mas, passados alguns meses, voltaram os renitentes a criar animais soltos no perímetro urbano.
>
> Urge uma medida enérgica contra êsse hábito retrógado dêsses indivíduos de espíritos pouco arejados![22]

A frase empregada no título e as expressões no decorrer do texto, com os termos "invasão" e "tomando conta da cidade", e o mapeamento das ruas produzido pelo jornal apresentavam um ambiente urbano repleto de animais, pululando por todos os lados, em todas as vias, contrariando a imagem da cidade civilizada e a forma de vida urbana projetadas pelos os articulistas do periódico e pelo alcaide. Por outro lado, buscando obter dos leitores apoio para a causa, passava a tratar a prática de criar animais soltos nos terrenos baldios nas margens dos rios ou em quintais enquanto "hábito retrógado" e de "espíritos pouco arejados", o uso das expressões produziam a apreciação de que tratava-se de uma prática atrasada, primitiva e bárbara, portanto, devia ser eliminada daquele cenário urbano, o qual buscava-se construir como civilizado e moderno. Contudo, como o texto assinalava, passado as primeiras tentativas de normatização, meses depois as práticas voltaram, para o despontamento e irritação dos letrados e esclarecidos da cidade.

Além das vacas e dos jegues, os porcos também passaram a ser perseguidos. Sendo interdita pelos médicos-sanitaristas em nome da saúde pública[23], a criação de suínos também era combatida pelo prefeito. Interferindo no cotidiano, esses setores buscavam um ordenamento e uma uniformidade das relações a partir da imagem que tinham de si e uma concepção da vida urbana, que definiam enquanto de "cidade civilizada e progressista". Contudo, três anos depois das primeiras iniciativas (1955) do gestor municipal de aumentar a fiscalização e inibir a criação de animais no perímetro urbano verifica-se indícios de que o costume se perpetuava, e o drama desenrolava-se nas páginas do jornal. Em 1958, o *Vanguarda* no seu estilo de denunciar a situação, reclamava[24] "*A Cidade Está Cheia de Animais":*

[22] VANGUARDA, 12/05/1956. N.° 343.p.1
[23]Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário. Vanguarda, 30/06/1956. Nº. 350.p.1; A Carne de Porco é Vector de Doenças. Vanguarda, 08/09/1956. N° 360 p.1.
[24] Os Animais Continuam a Pastar nas Ruas da Cidade! - Vanguarda, 23/08/1958. N.°458. p.1

> Num flagrante atentado ao que preceitua o art. 52 do Código de Posturas Municipais, os animais estão tomando conta desta cidade.
> Em toda parte, encontram-se porcos, jumentos e cabras, sofregamente pastando, como se estivessem em pleno campo!
> É preciso que a Prefeitura Municipal tome urgente providência no sentido de serem retirados esses animais das ruas da cidade, antes que esta se transforme em porcolândia...[25]

Apesar das investidas dos administradores urbanos, das críticas da imprensa e daqueles a quem o *Vanguarda* definia como "pessoas de espíritos esclarecidos", reações contrárias às medidas do gestor municipal eram esboçadas, suscitando novas intervenções dos fiscais da prefeitura. A criação de animais, costume de certos sujeitos ou grupo, era possivelmente uma maneira de obter uma renda com a venda, para sua própria alimentação ou para ser abatido num dia de festejo, em eventos como casamento ou batizado. Numa época em que o transporte por meio de animais era ainda comum, os jegues podiam ser utilizados para locomoção pessoal ou para trabalho. No lombo dos jumentos (com caçuás) ou puxando carroças carregavam-se materiais dos mais diversos, servia-se para a prestação de serviços ou transporte de mercadorias, como empregavam os aguadeiros (fotografia abaixo – imagem 3) para servir à população urbana que ainda não contava com o serviço de água encanada ou de chafarizes públicos.

Imagem 3 – Igreja da Conceição - 1956.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV.

[25] VANGUARDA, 05/07/1958. N.°451.p.1

Consideradas como atrasadas para a nova configuração que assumiam as ruas, a prática de criação de animais soltos entrava no caminho contrário do processo de modernização, normatização, higienização e a imagem de "civilidade" e de "progresso" que se almejava materializar na vida cotidiana da cidade. Todavia, a questão da proibição da presença dos animais no perímetro urbano envolvia mudanças na forma de vida e de trabalho de determinados sujeitos. A exigência procurava instituir uma nova ordem de relações e convívio social na cidade, interferindo no modo da vida de certos segmentos da população citadina, que utilizavam animais para trabalho, para consumo ou mesmo para venda e os criavam soltos ou em quintais de residências.

Mesmo proibida pelos dispositivos como as Posturas Municipais, o Código Sanitário e submetida a procedimentos de vigilância e combatida pelos fiscais municipais, pelos médicos-sanitaristas e pelos letrados homens da imprensa local, a prática permanecia na paisagem urbana. O pensamento sanitarista e a medicina social desde o final do século XIX e início do XX exerciam forte influência nas definições das noções higiene do corpo e salubridade dos espaços urbanos, orientando as intervenções nas cidades. Era a partir das ideias sanitaristas que os urbanistas, engenheiros e gestores públicos estavam propondo e concretizando intervenções nos espaços urbanos. [26] Em Jacobina em 1957 o *Vanguarda* apresentava nesses termos a expectativa de atuação do sanitarista Raimundo Diniz Veloso em Jacobina: "A população jacobinense espera do dr. Raimundo Diniz Veloso urgente medida de repressão contra o desenfreado criatório de animais soltos no perímetro urbano, bem como contra os banhistas no Rio do Ouro". [27]

Entretanto, diante das intervenções dos gestores e seus auxiliares os criadores de animais não ficavam passivos, de maneira indisciplinada e burlando o poder, preservavam seus costumes. Em outros termos, apesar das estratégias de normatização de uso dos espaços postas pela legislação urbana os criadores de animais tentavam preservar seus interesses, num jogo de tensão permanente com as autoridades e jornalistas locais.

Analisando os textos do jornal *Vanguarda* observa-se que as recorrentes notas publicadas no periódico indicavam para a persistência da criação. Os criadores de animais de diversas maneiras buscavam permanecer com o hábito, apesar das investidas sucessivas de condenação por parte dos jornalistas, dos médicos-sanitaristas e das medidas de multa e apreensão prescritas no Código de Posturas e executadas por parte da administração municipal com os criadores e aos seus animais. As repetições e a forma como eram feitas as cobranças nas notas jornalísticas para se combater a presença de animais das vias urbanas

[26] REZENDE, Eliana Almeida de Souza. A cidade e o sanitarista imagens de um percurso. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.269.
[27] Vanguarda, 13/07/1957. N.°400.p.1

nos sugerem que vacas, jumentos, porcos e cabras perambulavam nas ruas de Jacobina, à revelia da proibição. A constância e a visibilidade dada pelo semanário à questão podem indicar que a medida não estava sendo cumprida plenamente e que reações contrárias à norma do gestor municipal eram insinuadas, os criadores utilizam de certas *táticas* para continuar com seus animais, provocando, por vezes, novas investidas dos fiscais da prefeitura e críticas do jornal.

A situação descrita a seguir nos leva a considerar a atuação desses contrapoderes. Num singular ofício, o prefeito dirigia-se a um criador de porco, refratário às medidas do alcaide:

> Ofício s/n em 9 de maio de 1955
> Ilmo Sr.
> João Matos
> Nesta Cidade
> Presado (sic) Senhor
>
> Tendo chegado ao conhecimento da administração municipal que V.S. retirou um porco de sua propriedade, invadindo o local destinado a apreensão do referido animal solicito a sua presença a esta Prefeitura no prazo máximo de 24 horas sob pena de tomar medidas legais que não é do nosso desejo.
> Cordialmente,
> (As.) Dr. Orlando Oliveira Pires
> Prefeito municipal de Jacobina. [28]

O Código de Posturas determinava que os suínos criados soltos dentro cidade estavam sujeitos a "pena de serem mortos, e multado o infrator em 20$000."[29] Dessa forma, o referido proprietário, temendo a perda do seu animal, que provavelmente seria abatido, sem indenização, na ausência dos fiscais da prefeitura no local, aproveitou o momento oportuno, a ocasião para recuperar o suíno de sua propriedade. Como assinalou Michel de Certeau acerca dessas práticas cotidianas de burla: "trata-se de combates ou de jogos entre o forte e fraco, e das 'ações' que o fraco pode empreender" (CERTEAU, 2009: p.97). Produtores da cidade, esses personagens moldavam as ruas seguindo seus interesses - movimentando-se sobre o espaço urbano construído, manipulavam e inventavam seu o cotidiano - persistindo com a criação de animais no tecido urbano.

A criação de animais pode ser compreendida como um costume de certos sujeitos ou de um grupo, que podiam aproveitá-los de diversas maneiras. Assim, sugerimos que tal prática era um meio dos seus criadores (no caso de porcos, cabras e vacas) conseguirem uma renda com a venda ou como alimento, podendo, por sua vez, abater algum animal na

[28] JACOBINA. Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 91-92. APMJ.
[29] JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato Nº 57, de 30 de dezembro de 1933.Art.55.p.9.

comemoração de determinado festejo ou em ritos sociais (como num casamento, batizado); como também poderia ser utilizado por parte dos criadores enquanto meio de transporte e trabalho, num contexto histórico em que o transporte empregando animais era bastante costumeiro, os jegues podiam ser utilizados pelos seus proprietários para locomoção pessoal ou para trabalho, prestando serviços à população citadina, como usavam os aguadeiros para servir de suporte no transporte de água para o abastecimento das residências.

Considerações finais

No decorrer do texto tratamos de evidenciar o desdobramento sucessivo de ações que visavam controlar e conformar o ambiente urbano a um determinado modelo, que, por sua vez, buscava excluir a presença da criação de animais criados soltos da visibilidade das ruas da cidade de Jacobina, no contexto da década de 1950. A nova espacialidade edificada com as obras de remodelação das ruas centrais da urbe - prática de modernização urbana - acompanhava de medidas normatização do cotidiano. Assim sendo, combatia-se o hábito da população citadina de criar de animais soltos no perímetro urbano.

Desse modo, entendemos as intervenções urbanísticas e os mecanismos de disciplinamento do uso das ruas que atuava em Jacobina, como o jornal *Vanguarda*, o Código de Posturas e as medidas administrativas do governo municipal enquanto dispositivos funcionais de uma estratégia de gestão da cidade pautada naqueles anos. Como abordava o periódico *Vanguarda,* dispositivo atuante na estratégia de modelação de um novo ambiente urbano para Jacobina, justificando a ação da prefeitura em relação à interdição de criação de animais no espaço urbano, a prática de criar animais no perímetro urbano devia ser combatida porque era um hábito "retrógado", de "indivíduos de espíritos pouco arejados!" e contrariava o conceito de cidade "civilizada" e "progressista". Portanto, devia ser excluída da vida urbana jacobinense.

Entretanto, não conseguimos localizar documentos que indicassem para movimentos organizados como protestos, frente à interdição da administração municipal, mas em contato com documentos (fotografias e jornais da cidade) datados de recorte posterior ao delimitado nessa pesquisa identifica-se a permanência de animais nas ruas. De tal maneira apontamos para um cotidiano da cidade marcado enquanto um campo de relações de força, cenário de lutas, e para a plasticidade e a movimentação da cidade, apresentando histórias de práticas cotidianas dispersas, de desvios, de indisciplina e de teimosia nas ruas de Jacobina, concernentes à criação de animais soltos nas ruas de Jacobina.

Referências:

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960).** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado).

BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Oseki. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, Espaço e Debate, n° 34, São Paulo, 1991. p.39-54.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. "Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950". In: **Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região.** Salvador, Eduneb, 2009.p.15-30.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Artes de fazer**.** Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3° edição. Petrópolis. Vozes, 2009.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. **Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local:** o caso de Jacobina/Bahia. Faculdade de Arquitetura, UFBA, Salvador, 1995. p.124-128. (Dissertação de Mestrado).

JESUS, Zeneide Rios de. **Eldorado Sertanejo**: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005. (Dissertação (Dissertação de Mestrado).

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. **A cidade e o sanitarista imagens de um percurso**. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.265-279.

SANTOS, Vanicléia Silva. **Sons, danças e ritmos**: A Micareta em Jacobina - Ba (1920-1950). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Edson. **Modernização, sanitarismo e cotidiano (Jacobina 1955-1959).** Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Fabiana Machado da. **O Trem das Grotas**: a ferrovia *Leste Brasileiro* e seu impacto social em Jacobina (1920-1945). Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano (Org.). ***Culturas Urbanas na Bahia*****:** estudos sobre Jacobina e região**.** Salvador: Eduneb, 2009.

VIEIRA, Daniela Nunes Silva. ***Novas perspectivas*****:** modernização em Jacobina (1930-1940). Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus IV, Jacobina, 2011. (Monografia de Graduação).

Recebido: 22/02/2016
Aprovado: 30/05/2016